

A Imprensa Oficial no Brasil

Reportagem de VITORINO DE OLIVEIRA

Da "Gazeta do Rio de Janeiro" ao atual "Diário Oficial" — As primeiras publicações saídas dos prelos brasileiros — A censura e a liberdade de imprensa — A Imprensa Régia e o Departamento de Imprensa Nacional.

PARECE fora de dúvida que a primeira obra impressa no Brasil tenha aparecido em 1747.

Muito embora a Côrte Portuguesa não visse com bons olhos a intromissão da iniciativa particular nesse setor, o Conde de Bobadella, aparentemente por conta própria, resolveu, naquele ano, permitir que um tal Antônio Isidoro da Fonseca instalasse, no Rio, uma pequena tipografia. Dêsse estabelecimento saiu, ainda em 1747, um livro, o primeiro impresso no país, que se intitulava "Relação da entrada que fêz o Reverendíssimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro", escrito pelo Dr. LUIZ ANTÔNIO ROSADO DA CUNHA.

Sucessivamente apareceram mais duas obras: um romance heróico "Em aplauso do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Frei Antonio do Desterro Malheyro" e "Epigramas em latim". Completando esta última vinha, ainda, um soneto em português. A tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca teve, porém, vida curta. Mal chegou a Lisboa a notícia do seu funcionamento de lá vieram ordens para o seu fechamento imediato.

Data, porém, de 1808 o verdadeiro início da história da imprensa no Brasil. Nesse ano, com a família real em fuga, aqui chegaram os prelos e tipos com que seria montada a oficina da Imprensa Régia. Esse primeiro material, que veio a bordo da fragata "Medusa", componente da esquadra que transportava D. João VI e sua família, tinha sido mandado buscar em Londres para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e se achava encaixotado na capital portuguesa. Esses prelos e tipos deram ao Governo a idéia da fundação da Imprensa Régia e o decreto que a criava tinha a seguinte redação:

"Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta capital eram destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da Oficina de Imprensa nestes meus Estados sou

servido que a casa, onde êles se estabeleceram, sirva interinamente de Imprensa Régia, onde imprimam exclusivamente tôda a legislação e papéis diplomáticos, que emanaram de qualquer repartição do meu real serviço; e se possam imprimir tôdas e quaisquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu Governo e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprêgo da Oficina a maior extensão e lhe dará tôdas as Instruções e ordens necessárias, e participará a êste respeito a tôdas as Estações o que mais convier ao meu real serviço. — Palácio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oitocentos e oito — Com a rúbrica do Príncipe Regente n.s."

No próprio dia da sua fundação a Imprensa Régia publicou uma obra em homenagem ao aniversário do príncipe regente intitulada: "Relação dos despachos publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos anos de S.S.R. o Príncipe Regente N.S. E de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S.A.R. aos Estados do Brasil até o dito dia".

A Imprensa Régia estabeleceu-se na rua do Passeio n.º 44, e tinha três diretores. Entre os seus encargos principais figuravam os de examinar minuciosamente os papéis e livros que se mandassem publicar e o de fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o Governo e os bons costumes. Seu pessoal era composto de um escriturário com 250\$000 anuais e um escrevente com o ordenado de 200\$000 anuais. Foi também nomeado um porteiro que acumularia as funções de fiel e comprador. Recomendava-se a conveniência de alugar alguns gravadores para os trabalhos de impressão e de abrir chapas úteis ao serviço das repartições de Estado. Entre as suas atribuições tinha também a Imprensa Régia a de publicar folhinhas para o ano imediato.

Em setembro dêsse mesmo ano começou a aparecer o primeiro jornal officioso, que se intitulava "Gazeta do Rio de Janeiro", totalmente redigido por frei Tibúrcio José da Rocha. O mais simples anúncio ou notícia que se pretendesse publicar nesse jornal, apesar do seu caráter simplesmente officioso e de ter êle um redator, care-

cia não só de censura prévia pela Mesa do Desembargo do Paço como também da aprovação do Oficial Maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

A "Gazeta do Rio de Janeiro" deveria sair todos os sábados pela manhã, mas no n.º 2 anunciou que apareceria duas vezes por semana ao preço de 80 réis o número avulso.

No seu primeiro número vinha a seguinte declaração:

"Esta Gazeta ainda que pertença por Privilégio aos Officiaes da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é contudo official; e o Governo sómente responde por aquêles papéis, que nella mandar imprimir em seu nome."

Em 1811, sendo a Impressão Régia deficitária foi-lhe anexada a Fábrica de Cartas de Jogar, então monopólio do Estado, que passou a mantê-la.

Nova organização foi-lhes dada em 1815 passando ambas a pertencer privativamente ao presidente do Real Erário.

Verificou-se em 1821, a abolição da censura prévia, tendo sido, também, regulada a liberdade de imprensa. Todavia, se o quadro ideal era esse, a realidade era um pouco diferente, pois todo o impressor tinha que remeter ao Diretor dos Estudos dois exemplares de cada fôlha na Impressão a fim de que os censores régios deixassem ou não prosseguir o trabalho.

Tinham o autor e o editor que ir submetendo a aprovação as páginas dos seus escritos e fazendo desde o início as despesas de composição e impressão para ficarem sujeitos ao cabo de algumas fôlhas impressas, a ser a obra proibida pelos censores.

Em 28 de agosto de 1821, o príncipe regente ordenou que se compusessem e tivessem força de lei todos os decretos emanados das Côrtes de lei que fôssem remetidos reimpressos na Impressão Régia. Havia entre êsses decretos reimpressos um, de 25 de abril de 1821, em cujo art. 1.º se dizia:

"Todos os bens da Coroa de qualquer natureza que sejam, pertencem à Nação, e se chamarão em consequência bens nacionais".

Por êsse motivo, a Impressão Régia, em princípios de setembro dêsse ano, passou a chamar-se Imprensa Nacional.

Em 28 de agosto de 1821, a Secretaria do Reino expediu um aviso segundo o qual ficavam isentos de revisão prévia todos os papéis que se houvessem de imprimir, mas no caso de abuso ficavam responsáveis os autores ou editores e na sua falta os impressores.

Em 1822 passou a "Gazeta do Rio de Janeiro" a denominar-se "Gazeta do Rio" trazendo numeração de páginas seguida, contando ao

tudo, 806. A "Gazeta" findou com o n.º 157, de 31 de dezembro de 1822, e, no dia 2 de janeiro de 1823, foi substituída pelo "Diário do Governo". Êste passou ainda pela denominação de "Diário Fluminense" e, finalmente, em 1862 a "Diário Oficial".

Em 1831 a Impressão Régia passou a ocupar algumas salas da Academia de Belas Artes. Os dois primitivos prelos vindos de Portugal, estavam aumentados de mais oito, sendo cinco de fabricação nacional e três vindos da Europa.

A Imprensa Nacional deixou, em abril de 1835, a Academia de Belas Artes, mudando-se para a Cadeia Velha, antiga Câmara dos Deputados; em outubro de 1860, a tipografia foi transferida para o prédio contíguo à Secretaria do Império, depois Liceu de Artes e Ofícios.

Mas já em 1874, o Visconde do Rio Branco mandava construir um edifício na rua 13 de Maio, então rua da Guarda Velha, concluído em 31 de dezembro de 1877, no Ministério de Cotegepe.

O projeto e as obras foram dirigidos pelo engenheiro Alfredo de Paula Freitas, catedrático da Escola Politécnica. O edifício, máquinas, mobiliário e todos os utensílios importaram em 1.000:592\$982.

Mas o constante desenvolvimento da tipografia oficial, o aumento da maquinaria e do pessoal, a capacidade de produção de sua oficina exigiam melhores instalações pois o prédio de 1877 já não mais satisfazia às exigências da época. E em 28 de dezembro de 1940, com a presença do presidente Getúlio Vargas era inaugurado o atual conjunto arquitetônico, situado na Av. Rodrigues Alves, especialmente construído para a Imprensa Nacional.

Assim, nos seus 146 anos de existência teve o atual Departamento de Imprensa Nacional as seguintes denominações: Impressão Régia, pela Carta Régia de 13 de maio de 1808; Real Oficina Tipográfica, depois de 17 de fevereiro de 1817; Tipografia Nacional, de agosto de 1821 a janeiro de 1826; Imprensa Nacional, em fevereiro de 1885 e, finalmente, Departamento de Imprensa Nacional.

A organização atual do Departamento de Imprensa Nacional grupa tôdas as oficinas num só setor de trabalho, no qual a direção única permite uma coordenação de energia e maior cooperação.

Suas instalações grandiosas e seu pessoal altamente especializado colocam-na no ramo gráfico, como o maior estabelecimento do gênero na América do Sul. Presentemente efetua o D. I. N. trabalho de todos os ramos da arte gráfica, desde o primitivo, de tipografia de caixa, até aos mais modernos métodos de reprodução fotográfica ou de impressão em rotogravura e "offset". O seu aparelhamento permite trabalhos de real valor e uma produção considerável.

A Oficina de Composição, sem favor, uma das mais completas do continente, possui nada menos de uma centena de linotipos e várias intertipos, assim como fundidores de monotipos, máquinas de fundir tipos, entrelinhas, fios e todo o material branco.

Na Impressão conta o D.I.N. 3 grandes rotativas, rotativas pequenas, impressores cilíndricos e impressoras verticais.

Edita o D.I.N., além do "Diário Oficial", "Diário da Justiça" e "Diário do Congresso", o "Ementário da Legislação Federal", revistas de jurisprudência dos Tribunais, Boletins do Pessoal e impressos das repartições do Governo e tôdas as separatas de interêsse coletivo.

As suas edições de livros, das mais perfeitas sob o ponto de vista gráfico, são ainda uma excelente fonte de renda para o D.I.N.